



## ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi e Talita Simões Leão.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Decreto -Lei nº 1.237, de 02/05/1939
Data de instalação	1º/05/1941
Data da última correição	17 de agosto de 2021
Período de correicionado	1º/8/2021 a 31/3/2022

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 11/2022 no publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação dos Juízes Substitutos Alexandre Roque Pinto e Paulo Nunes de Oliveira, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/8/2021 a 31/3/2022** (8 meses) e nas



informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

## 1. ESTRUTURA FUNCIONAL

### 1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Margarida Alves de Araujo Silva	17/07/2002 – Ato TRT GP nº 57/2002

### 1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Alexandre Roque Pinto	02/06/2014 – Ato TRT GP nº 255/2014

### 1.2 Servidores lotados na Unidade

A 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **10** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Celso Dionisio de Lima Junior	Secretário de Audiência	22/5/2017
Claudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti	Técnico Judiciário – Calculista	19/11/2013
Cleonice Barbosa Farias de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Titular	27/1/1992
Jose Ailton Felix de Souza	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	12/12/1990
José Ledo Nobrega de Queiroz	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	28/4/1993
Rodrigo Cavalcante Barreto	Técnico Judiciário - Assistente de Juiz Substituto	6/1/2015
Rodrigo Costa de Araujo Souza	Técnico Judiciário – Calculista	2/10/2018
Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro	Analista Judiciário – Diretor de Secretaria	18/5/1990
Sinval Duarte Filho	Técnico Judiciário – Assistente III	4/11/1991
Wylka Carlos Lima Vidal	Técnico Judiciário – Secretario de Audiencia	10/6/2009

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade Correicionada adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por fase processual, no sistema PJe, abaixo relacionada.



Fase processual	Servidor
Conhecimento	Celso Dionisio de Lima Junior
	Wylka Carlos Lima Vidal
	Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro
Liquidação	Claudio Marcelo Figueiredo Cavalcanti
Execução	Jose Ailton Felix de Souza
	Rodrigo Costa de Araujo Souza
	Sinval Duarte Filho
	José Ledo Nobrega de Queiroz
	Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro
Assistentes de Juízes	Cleonice Barbosa Farias de Souza - Juíza Titular
	Rodrigo Cavalcante Barreto - Juiz Substituto

## 2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

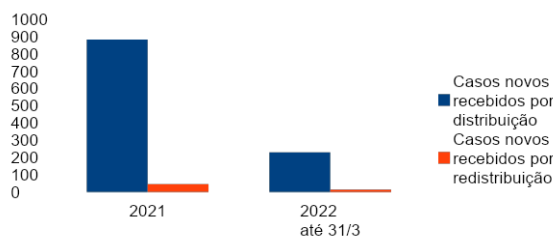
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/3/2022, um acervo processual de **2.112** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	808
Fase de Liquidação	26
Fase de execução	1.263
Cartas precatórias e de ordem	15
<b>TOTAL</b>	<b>2.112</b>

### 2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

#### 2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/3
Casos novos recebidos por distribuição	880	228
Casos novos recebidos por redistribuição	44	12
<b>TOTAL</b>	<b>924</b>	<b>240</b>



No período correicionado, há registro de 01 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000380-37.2020.5.13.0001).

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correicionado (agosto/2021 a março/2022):

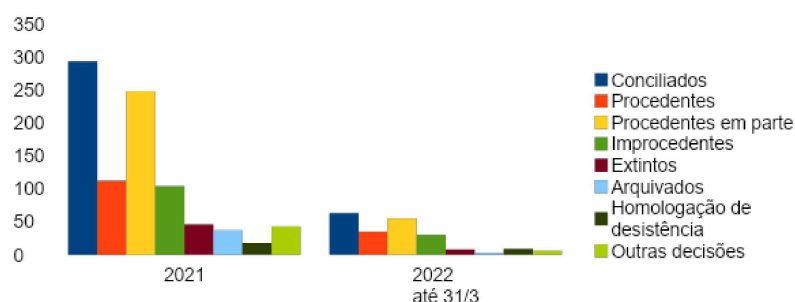


## 2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2021	2022 até 31/3
Conciliados	293	63
Procedentes	112	35
Procedentes em parte	248	55
Improcedentes	104	30
Extintos	46	8



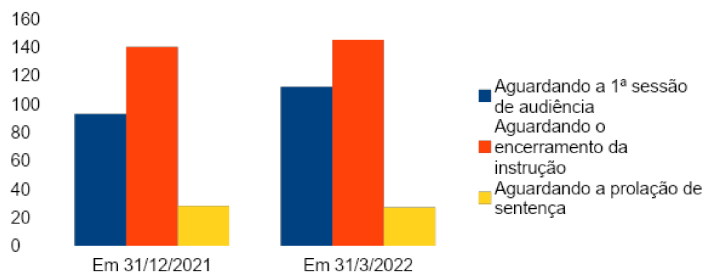
Arquivados	37	3
Homologação de desistência	18	9
Outras decisões	43	6
<b>TOTAL</b>	<b>901</b>	<b>209</b>



### 2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2021	Em 31/03/2022
Aguardando a 1ª sessão de audiência	93	112
Aguardando o encerramento da instrução	140	145
Aguardando a prolação de sentença	28	27
<b>TOTAL</b>	<b>261</b>	<b>284</b>



### 2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)



Saldo residual dos processos que não foram finalizados\*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2021	2022 até 31/03	Variação (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	825	808	-2,06%
Fase de liquidação	31	26	-16,13%
Fase de execução	1.337	1.263	-5,61%

\*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

### 3. PANORAMA DE AUDIÊNCIAS

#### 3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo.

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	68	56	12	330	25
Conciliação em conhecimento	2	-	-	13	10
Conciliação em Execução	8	10	8	13	8
Una	-	-	1	1	-
Instrução	85	64	53	17	25

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a sexta-feira.

#### 3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correio- nada
08/21	113	172	192	132	146	138	70	85	80	104	140	145	173	<b>131,42</b>
09/21	133	159	213	182	157	121	198	97	130	94	167	212	166	<b>158</b>
10/21	115	157	112	122	113	140	187	48	130	91	120	87	116	<b>118,58</b>
11/21	92	180	132	106	128	186	306	82	139	127	123	95	115	<b>143,25</b>
12/21	66	137	185	45	69	100	130	61	101	76	60	64	101	<b>94,08</b>
01/22	63	103	98	85	17	37	61	14	44	50	17	30	46	<b>50,17</b>
02/22	98	93	157	159	55	151	130	104	157	154	140	66	104	<b>122,5</b>
03/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	<b>138,92</b>
<b>TOTAL</b>	<b>825</b>	<b>1182</b>	<b>1234</b>	<b>1003</b>	<b>802</b>	<b>994</b>	<b>1267</b>	<b>614</b>	<b>956</b>	<b>865</b>	<b>875</b>	<b>755</b>	<b>936</b>	<b>956,92</b>

#### 4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

##### 4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2021	2022 até 31/03
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	53	52
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	65	91
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	108	121
Da conclusão à prolação da sentença	11	14
Do ajuizamento até a prolação da sentença	107	123

#### 5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2021	2022 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	266	51
	Baixados	271	52
	<b>Pendentes</b>	<b>13</b>	<b>13</b>
Tutela Provisória	Recebidos	147	35
	Apreciadas	134	32



	<b>Pendentes</b>	<b>4</b>	<b>4</b>
<b>Liquidação/ Execução</b>	Recebidos	67	16
	Baixados	66	8
	<b>Pendentes</b>	<b>14</b>	<b>17</b>

## 6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/8/2021 a 31/3/2022			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	231	221	24
Recurso adesivo	13	14	2
Agravo de petição	83	60	14
<b>Total</b>	<b>327</b>	<b>295</b>	<b>40</b>

## 7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2021**: **91** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **173** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **122** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/03**, é de **116** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **187** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **138** dias.

Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **107** dias, para o ano base de **2021**, e de **123** dias, relativo a este ano de **2022**, até 31 de março.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2021**, foi de **1.038** dias, e de **1.758** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de março. Pontua-se que a vara correicionada está com o **3º maior prazo médio da execução** entre as unidades de mesma jurisdição no presente exercício (até o mês de março).

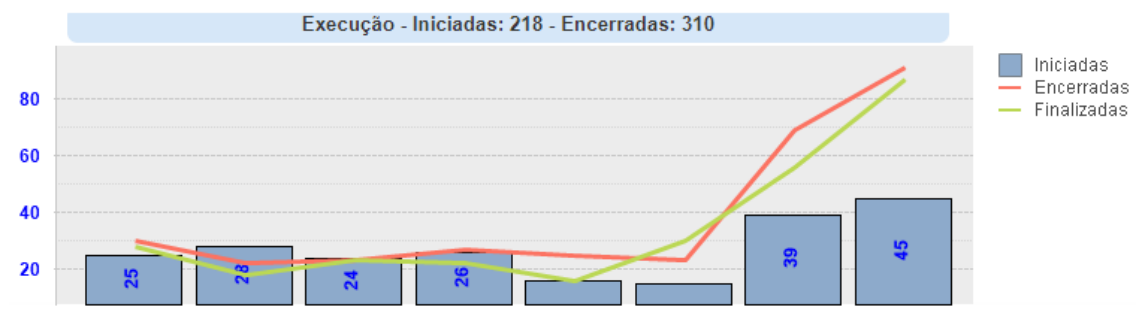




## 8. FASE DE EXECUÇÃO (Fonte: Hórus e e-Gestão)

Item	2021	2022 até 31/3
Execuções pendentes no início do período	1.410	1.271
Execuções iniciadas	291	99
Desarquivados	19	2
Recebidos de outros Órgãos	1	-
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	430	183
Remetidos a outros Órgãos	7	-
Processos arquivados provisoriamente	30	14
<b>Pendentes de execução ao final do período</b>	<b>1.271</b>	<b>1.191</b>

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de execução, no período correccionado (agosto/2021 a março/22):



## 9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2021	2022 até 31/3
Acordo	PJe	R\$ 5.401.692,20	R\$ 1.124.668,05
Espontâneo	PJe	R\$ 643.567,04	-
Execução	PJe	R\$ 9.750.221,24	R\$ 868.906,51



<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 15.795.480,48</b>	<b>R\$ 1.993.574,56</b>
--------------	--------------------------	-------------------------

<b>VALORES ARRECADADOS (R\$)</b>			
<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>2021</b>	<b>2022 até 31/3</b>
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 336.531,84	R\$ 74.235,36
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.736.690,59	R\$ 350.970,50
Imposto de renda	PJe	R\$ 293.412,30	R\$ 27.704,21
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 2.366.634,73</b>	<b>R\$ 452.910,07</b>

## 10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

### 10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

<b>PERÍODO CORREICIONADO 1º/08/2021 a 31/03/2022</b>		
<b>Item</b>	<b>Sistema</b>	<b>Quantidade</b>
SISBAJUD	PJe	381
INFOJUD	PJe	96
SIMBA	PJe	-
RENAJUD	PJe	127
BNDT	Pendentes (PJe)	376
	Incluídos (PJe)	141

## 11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

<b>Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	110,80%
Unidade Correicionada	100,81%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	98,41%
Unidade Correicionada	85,48%

Para efeito de controle da **Meta 1/2022**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **228** casos novos (por distribuição) e **200** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **85,48%**.

<b>Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	105,30% da Meta 2
	97,93% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	105,89% da Meta 2
	98,48% dos processos distribuídos até 31/12/2019

<b>Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus</b>	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	103,16% da Meta 2
	95,94% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	102,39% da Meta 2
	95,22% dos processos distribuídos até 31/12/2020

<b>Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juízes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>38,50% em 2021</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,92% da Meta 3
	38,86% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	109,34% da Meta 3
	42,10% de índice de conciliação



<b>Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual</b>	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: <b>40% em 2022</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	75,56% da Meta 3
	73,15% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	89,01% da Meta 3
	92,05% de índice de conciliação

<b>Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%..</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	121,72%
Unidade Correicionada	121,64%

<b>Meta 5/2022 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente</b>	
Unidades de primeiro grau do TRT	62,82%
Unidade Correicionada	63,59%

<b>Indicadores</b>							
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL
2022-01	34	30	336	415	90,81	93,26	92,15
2022-02	79	60	338	501	74,94	84,77	80,52
2022-03	97	103	333	418	61,33	68,41	65,08

## 12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no



quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento, entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, manutenção em 2022, enquanto que na fase de execução houve pequeno incremento entre os anos de 2020 e 2021, e, proporcionalmente, aumento no volume de baixados, em 2022.

Processos baixados	2020	2021	2022 até 31/03
Fase de conhecimento	604	838	210
Fase de execução	455	492	194

#### Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

#### Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.037
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	858
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

#### Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento até 31/03)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara do Trabalho

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	296
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	267
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	264
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	260
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	252
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	235
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	232
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	228
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	211
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	210
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	203
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	190
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	183

Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução até 31/03)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	310
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	267
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	206
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	194
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	181
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	177
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	173
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	143
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	129
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	121
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	105
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	99
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	83

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências, conciliatórias e de instrução, assim como incrementar a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos, medidas que decerto contribuirão para a melhoria do índice IPC-Jus deste Regional.

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **326ª colocação**, dentre as 1570 varas do país (**1º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1001 e 1500 (498 varas no total), a unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	10º	121º	3º	1º	28º
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	1º	5º	38º	3º	39º
3ª Região - MG - 1ª	3º	18º	18º	252º	2º	13º



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara de Alfenas						
<b>13ª Região - PB - 1ª Vara de João Pessoa</b>	<b>139º</b>	<b>111º</b>	<b>124º</b>	<b>294º</b>	<b>152º</b>	<b>128º</b>

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	82,47	30,83	1.509,13
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	36,11	23,8	564,1
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	72,6	62,17	526,76
<b>13ª Região - PB - 1ª Vara de João Pessoa</b>	<b>139º</b>	<b>108,24</b>	<b>92,09</b>	<b>1.222,31</b>

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
6ª Região - PE - 2ª Vara de Ribeirão	1º	342	800	8
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	2º	904	90	8
3ª Região - MG - 1ª Vara de Alfenas	3º	780	495	8
<b>13ª Região - PB - 1ª Vara de João Pessoa</b>	<b>139º</b>	<b>894</b>	<b>546</b>	<b>10</b>





Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de junho, setembro e dezembro/2021 e março/2022, estando a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 25/04/2022):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
junho 2021	588°	1.097°	431°	486°	379°	555°
setembro 2021	318°	255°	293°	529°	397°	544°
dezembro 2021	342°	248°	248°	787°	420°	490°
março 2022	326°	210°	314°	881°	344°	400°

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/04/2021 a 31/03/2022):

Vara	Colocação no IGEST
13ª	29ª
11ª	51ª
12ª	57ª
3ª	67ª
10ª	201ª
7ª	206ª
6ª	212ª



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

5ª	296ª
1ª	326ª
9ª	364ª
2ª	437ª
4ª	440ª
8ª	482ª

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a dezembro de 2021:

<b>Ajuizamento até a prolação da sentença</b>	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
106,9 dias	192,3 dias
<b>Início ao encerramento da liquidação</b>	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
96 dias	206,4 dias

<b>Início à extinção da execução - ente privado</b>	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
994,4 dias	1.050 dias
<b>Início à extinção da execução - ente público</b>	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.401 dias	795 dias

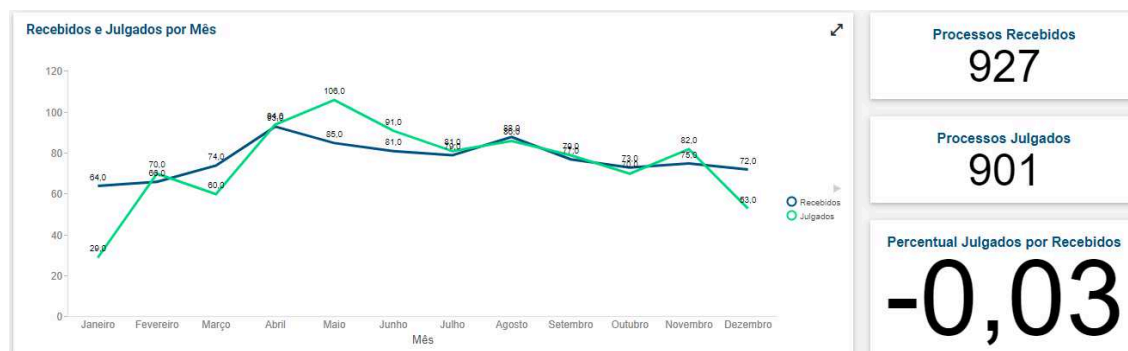


Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
681,8 dias	1.040 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a dezembro/2021, o Portal e-Gestão, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
1ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-2,8%	4,3%

Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



## JUÍZES

### 13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO

**Juíza Titular** (Fonte: SAOAdm)

Margarida Alves de Araujo Silva			
Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	SAOAdm	27/11/2021 a 16/12/2021	20



Férias	SAOAdm	3/2/2022 a 22/2/2022	20
--------	--------	----------------------	----

A Juíza titular da Unidade correicionada foi convocada para atuar no segundo grau de jurisdição, a partir do dia 24 de fevereiro do corrente ano, em decorrência da aposentadoria da Desembargadora Ana Maria Ferreira Madruga, por meio do Ato TRT13 SGP Nº 015/2022, até ulterior deliberação.

#### **Juiz Substituto** (Fonte: SAOAdm)

<b>Alexandre Roque Pinto</b>			
<b>Motivação</b>	<b>Normativo</b>	<b>Período</b>	<b>Dias</b>
Férias	SAOAdm	25/9/2021 a 14/10/2021	20
Férias	SAOAdm	17/3/2022 31/03/2022	15

#### **13.1 Assiduidade dos magistrados**

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correicionado.

#### **13.2 Audiências realizadas (1º/8/2021 a 31/3/2022)** (Fonte: Hórus)

<b>Magistrado</b>	<b>Una</b>	<b>Instrução</b>	<b>Inicial</b>	<b>Conciliação Conhecimento</b>	<b>Conciliação Execução</b>	<b>Total</b>
Jose Guilherme Marques Junior	-	1	-	-	-	1
Paulo Nunes de Oliveira	-	50	89	11	4	154
Margarida Alves de Araujo Silva	-	82	139	1	15	237
Alexandre Roque Pinto	1	107	270	9	21	408
Aercio Pereira de Lima Filho	-	1	-	-	-	1
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	2	-	-	-	2

#### **13.3 Incidentes julgados** (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Clovis Rodrigues Barbosa	1	-	-	1
Margarida Alves de Araujo Silva	26	17	3	46
Lindinaldo Silva Marinho	7	3	-	10
Paulo Nunes de Oliveira	33	17	2	52
Jose Guilherme Marques Junior	5	-	-	5
Cláudio Pedrosa Nunes	-	1	-	1
Alexandre Roque Pinto	82	40	28	150

**14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados** (Fonte: Hórus)

Magistrado	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Aercio Pereira de Lima Filho	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Alexandre Roque Pinto	85	26	92	50	2	10	17	24	306
Jose Guilherme Marques Junior	-	1	2	1	-	-	-	-	4
Karolyne Cabral Maroja Limeira	-	1	1	-	-	-	-	-	2
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	-	1	-	-	-	1	2
Margarida Alves de Araujo Silva	52	17	45	13	2	3	1	10	143
Paulo Nunes de Oliveira	36	31	25	7	1	-	5	6	111

No período correccionado, a Juíza titular laborou 139 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,03 processos/dia, na Unidade correccionada e julgou 424 processos, quando da convocação perante o TRT. O



Juiz substituto Alexandre Roque Pinto laborou 208 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,47 processo/dia. O Juiz substituto Paulo Nunes de Oliveira laborou 149 dias, fazendo uma média de produção correspondente a 0,74 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não se afigura razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

#### 14.1. Processos sentenciados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	300
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	163
Homologação da Transação Extrajudicial	56
Embargos de Terceiro Cível	16
Consignação em Pagamento	12
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	6
Ação de Cumprimento	5
Ação Civil Pública Cível	4
Produção Antecipada da Prova	4
Ação Civil Coletiva	3
Mandado de Segurança Cível	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Tutela Cautelar Antecedente	1
Inquérito para Apuração de Falta Grave	1
Protesto	1
Ação de Exigir Contas	1
Tutela Antecipada Antecedente	1

#### 15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Jose Guilherme Marques Junior	2	66,67%
Alexandre Roque Pinto	100	84,75%



Paulo Nunes de Oliveira	42	75%
Margarida Alves de Araujo Silva	54	87,1%
Karolyne Cabral Maroja Limeira	0	0
Aercio Pereira de Lima Filho	0	0

## 16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Aercio Pereira de Lima Filho	1
Alexandre Roque Pinto	306
Jose Guilherme Marques Junior	2
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2
Lindinaldo Silva Marinho	2
Margarida Alves de Araujo Silva	143
Paulo Nunes de Oliveira	110

### 16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 12 dias

Magistrado	Dias
Aercio Pereira de Lima Filho	29
Alexandre Roque Pinto	9
Jose Guilherme Marques Junior	60
Karolyne Cabral Maroja Limeira	2
Lindinaldo Silva Marinho	5
Margarida Alves de Araujo Silva	21
Paulo Nunes de Oliveira	8

## 17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2021 e a presente correição, foi realizado o segundo ciclo de 2021 no mês de novembro, havendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em



10/01/2022. A magistrada titular destacou que revisou a pauta de instruções, com antecipação de audiências em inúmeros processos; destacou o constante trabalho na movimentação dos processos e que o reduzido número de servidores vem causando enorme sacrifício aos que atuam na unidade. Frisou que a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no Igest, ocupa colocações próximas de varas mais recentes, embora se trate da unidade judiciária mais antiga.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição ->Observatório Dashboard.

## 18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT13 SCR Nº 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, entre agosto de 2021 e março de 2022 - 08 meses, os pagamentos discriminados abaixo:

Devolução ao reclamado	R\$ 279.707,24
Pagamento ao reclamante	R\$ 222.554,90
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 4.212,57
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 170.374,36
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 676.849,07</b>

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR Nº 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não





ocorrido, por exemplo, nos processos 0000897-13.2018.5.13.0001, 0001545-27.2017.5.13.0001, 0146900-73.2014.5.13.0001.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

## 19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR Nº 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores.

Segundo informações prestadas pela EJud (PROAD Nº 2317/2022), a juíza titular Margarida Alves de Araújo Silva participou de curso voltado à conciliação e mediação.

Tratando-se das atividades de formação continuada, não foi cumprido o período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011) pela juíza Margarida Alves de Araújo Silva.

Os juízes participaram das capacitações abaixo descritas:

Magistrados	Descrição
MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA	FERRAMENTAS GOOGLE (G Suíte) – TURMA 1/2021 PROCESSO nº 19662 - (MOODLE AUTOINSTRUCIONAL)  NOVAS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO - TURMA 1/2021 - PROCESSO nº 19664 - (MOODLE AUTOINSTRUCIONAL)  ATUALIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL - TURMA 1/2020 (AUTOINSTRUCIONAL) – P19665.21 - 22 DE FEVEREIRO A 12 DE MARÇO
	INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO FERRAMENTAS DE DE MODERNIZAÇÃO DA JUSTIÇA – P. 10233, 10234 e 10235/2021  UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM -



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

ALEXANDRE ROQUE PINTO	<p>Proc. 19380/2021</p> <p>NOVA VERSÃO DO SISTEMA DE AUDIÊNCIAS (AUD 4) – Proc. 20073 – TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL)</p> <p>DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO - Proc. 19725/2021 do Trabalho</p> <p>PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS SOCIAIS: SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – P 20262.21 – DIAS 11 A 25 DE MAIO</p> <p>REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO I: ASPECTOS PROCESSUAIS – TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) – PROAD 22456</p> <p>NEGOCIAÇÃO COLETIVA: LIMITES, POSSIBILIDADES E PROCEDIMENTALIDADE – P 19890</p> <p>JUSTIÇA DO TRABALHO E DEMOCRACIA – PROAD 22060.21</p> <p>REFORMA TRABALHISTA DIALOGADA - MÓDULO II: DIREITO INDIVIDUAL – TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) - PROAD 23447/2021</p> <p>PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA: ESTRUTURA, FORMAÇÃO E OBRIGATORIEDADE – PROAD 19775/2021 – 22 H/A</p> <p>CFC SOBRE PRODUÇÃO DE PROVAS E ANÁLISE DE PROVAS DIGITAIS NO PROCESSO DO TRABALHO – P 23729.21</p> <p>PRÁTICAS DISCRIMINATÓRIAS E PROTEÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO - TURMA 1/2021 (COM TUTORIA)</p> <p>PRODUÇÃO DE PROVAS POR MEIOS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO</p> <p>UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS QUE AUXILIAM NA FASE DE EXECUÇÃO - PROAD 25484/2021 - DIAS 1º, 8 E 15 - COM 3 H/A</p> <p>TEMA GERAL: "ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA" – PROAD 26380/2021</p>
-----------------------	---

As capacitações realizadas pelos servidores, consoante informado pela Segepe (PROAD Nº 2777/2022) estão abaixo descritas:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Servidores	Descrição
CELSON DIONISIO DE LIMA JUNIOR	TRT - PLATAFORMA ZOOM - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
CLAUDIO MARCELO FIGUEIREDO CAVALCANTI	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
CLEONICE BARBOSA FARIAS DE SOUZA	LIVE Nº 04/2021 PAINEL ON-LINE - SELIC, IPCA-E E JUROS: COMO FICAM OS CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A ADC Nº 58 / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 4ª REGIÃO  TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - NOVAS PRÁTICAS DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - FERRAMENTAS GOOGLE (G SUÍTE) - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - ATUALIZAÇÃO JURISPRUDENCIAL - TURMA 1/2021 (AUTOINSTRUCIONAL) / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - AULÃO GOOGLE WORKSPACE (GOOGLE MEET) - TELEPRESENCIAL / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
JOSE AILTON FELIX DE SOUZA	TRT - A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E A ACESSIBILIDADE, DE QUAL ACESSIBILIDADE FALAMOS ? - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - PANDEMIA, DIREITOS HUMANOS E TUTELA INTERNACIONAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

RODRIGO CAVALCANTE BARRETO	<p>TRT - PRODUÇÃO DE PROVAS POR MEIOS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO - WEBINÁRIO / CSJT - CEDUC-JT</p> <p>TRT - PRODUÇÃO DE PROVAS DIGITAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / CSJT - CEDUC-JT</p> <p>ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO (TURMA AGO/2021) / ENAP</p> <p>GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2021) / ENAP</p> <p>TRT - ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>RT - PANDEMIA, DIREITOS HUMANOS E TUTELA INTERNACIONAL - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA: ESTRUTURA, FORMAÇÃO E OBRIGATORIEDADE / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
RODRIGO COSTA DE ARAUJO SOUZA	<p>TRT - RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL E DIREITO DO TRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p>
SAMPAIO GERALDO LOPES RIBEIRO	<p>TRT - GESTÃO DE PRECATÓRIOS - GPPEC / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>TRT - GOVERNANÇA E GESTÃO DA MUDANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL / PRO VALORE CONSULTORIA E TREINAMENTO GERENCIAL</p>
SINVAL DUARTE FILHO	<p>TRT - ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO NA EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRAS / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO</p> <p>LIVE Nº 07/2021 - WEBINÁRIO ATUALIZAÇÃO DE CRÉDITOS TRABALHISTAS APÓS A DECISÃO DO STF / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 22ª REGIÃO</p>



WYLKA CARLOS LIMA VIDAL	TRT - DESAFIOS DA RETOMADA AO TRABALHO PRESENCIAL - PALESTRA REALIZADA DE FORMA HÍBRIDA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO  TRT - UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DA FERRAMENTA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13ª REGIÃO
-------------------------	--

<b>SERVIDOR SEM REGISTRO DE CAPACITAÇÕES NO PERÍODO CORREICIONADO</b>
JOSÉ LEDO NÓBREGA DE QUEIROZ

## 20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

### Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 067/2020, havendo a prolação de 14 despachos correicionais no PJe.

Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foram registradas denúncias na Ouvidoria nos últimos seis meses.

## 21. RECOMENDAÇÕES

### Aos Juízes

#### 1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;



- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico [sentenças.dsst@mte.gov.br](mailto:sentenças.dsst@mte.gov.br) do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico [insalubridade@tst.jus.br](mailto:insalubridade@tst.jus.br), a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- f) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, e as orientações contidas na Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes às determinações de suspensão/sobrestamento e remessa de processos ao arquivo provisório.

## **2. Recomendações específicas**

- a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021);



- b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- c) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução, destacando-se que deve ser cumprida carga horária mínima de 30h por semestre (art. 3º da Resolução ENAMAT nº 09/2011).

#### **Ao Diretor de Secretaria**

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências no lançamentos de dados pela Unidade e corrigi-las;
- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0094600-71.2013.5.13.0001, 0130326-38.2015.5.13.0001, 0001590-65.2016.5.13.0001;
- d) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, evitando-se o ocorrido nos processos 0000444-81.2019.5.13.0001, 0000149-73.2021.5.13.0001;
- e) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros no sistema Garimpo das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos;
- f) orientar a equipe a utilizar os chips para inclusão das atividades a serem desenvolvidas, a exemplo das ferramentas eletrônicas e elaboração de cálculos;
- g) orientar a equipe a evitar e inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, evitando que



eventual expediente em aberto culmine no atraso da marcha processual em virtude de o processo permanecer na tarefa “Aguardando Prazo”, a exemplo do ocorrido nos processos 0001590-65.2016.5.13.0001, 0000109-62.2019.5.13.0001, 0042600-70.2008.5.13.0001, 0001208-63.2017.5.13.0025, 0000821-57.2016.5.13.0001;

h) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente à movimentação de processos para aguardar eventual decurso de prazo prescricional, evitando-se o ocorrido no processo 0083900-36.2013.5.13.0001;

i) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

### **Aos servidores**

a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução;

b) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0094600-71.2013.5.13.0001, 0130326-38.2015.5.13.0001, 0001590-65.2016.5.13.0001;

c) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 004/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, a fim de evitar o ocorrido nos processos 0000444-81.2019.5.13.0001, 0000149-73.2021.5.13.0001;

d) evitar e inclusão de prazos em expedientes quando não se destinam a providências a serem tomadas pelas partes, evitando que eventual expediente em aberto culmine no atraso da marcha processual em virtude de o processo





permanecer na tarefa “Aguardando Prazo”, a exemplo do ocorrido nos processos 0001590-65.2016.5.13.0001, 0000109-62.2019.5.13.0001, 0042600-70.2008.5.13.0001, 0001208-63.2017.5.13.0025, 0000821-57.2016.5.13.0001;

e) aos assistentes de juízes, com regularidade, consultar incidentes pendentes no e-Gestão com a finalidade de dirimir eventuais inconsistências;

f) participar de capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional.

## **22. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dessas considerações, o Desembargador Corregedor constata que a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, a fim de atingir os índices obtidos por unidades judiciárias de idêntico porte.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (100,81%), 2 (105,89%), 3 (109,34%) e 5/2021 (121,64%), recomendando-se o constante monitoramento da pauta com a finalidade de evitar o elastecimento dos prazos, podendo-se destacar que, no período correccionado, a unidade possui volume de audiências abaixo da média da jurisdição.

Analisando-se os indicadores do Igest, observa-se, pelos últimos dados disponíveis - março/2022, constantes no item 13 da ata, que a produtividade (I07, I08, I13) é o mesoindicador que requer mais atenção da unidade, recomendando-se a inclusão de processos em audiência para tentativa de conciliação e a gestão otimizada dos processos da fase de execução, observando-se os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2022, atinentes à determinação para suspensão/sobrestamento e arquivamento provisório.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Destaca-se que a 1ª Vara do Trabalho de João Pessoa ocupa a 326ª posição no Igest - primeiro quartil, e avançou comparando-se com dezembro de 2021, quando ocupava a 342ª posição.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinalado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

**THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**  
**Desembargador Vice-Presidente e Corregedor**



## ANEXO

### VISTOS

0000309-40.2017.5.13.0001	0000327-22.2021.5.13.0001	0130002-48.2015.5.13.0001
0000344-92.2020.5.13.0001	0000444-81.2019.5.13.0001	0000554-85.2016.5.13.0001
0083900-36.2013.5.13.0001	0000149-73.2021.5.13.0001	0000602-05.2020.5.13.0001
0131206-30.2015.5.13.0001	0000344-92.2020.5.13.0001	0000205-48.2017.5.13.0001
0001301-98.2017.5.13.0001	0000467-95.2017.5.13.0001	0001070-37.2018.5.13.0001
0000494-39.2021.5.13.0001		

### DESPACHOS CORREICIONAIS

0094600-71.2013.5.13.0001	0130326-38.2015.5.13.0001	0001590-65.2016.5.13.0001
0000953-80.2017.5.13.0001	0000109-62.2019.5.13.0001	0131443-64.2015.5.13.0001
0042600-70.2008.5.13.0001	0001208-63.2017.5.13.0025	0000821-57.2016.5.13.0001
0106200-55.2014.5.13.0001	0130847-80.2015.5.13.0001	0000731-15.2017.5.13.0001
0000711-87.2018.5.13.0001	0131370-92.2015.5.13.0001	